



VIOÊNCIA CONTRA A MULHER: FATOS E CONTEXTOS DE BOLETINS DE OCORRÊNCIAS

VIOLENCE AGAINST WOMEN: FACTS AND CONTEXTS OF POLICE REPORTS

VIOLENCIA CONTRA LA MUJER: HECHOS Y CONTEXTOS DE DENUNCIAS POLICIALES

Cibelle Tiphane de Sousa Costa¹, Eliany Nazaré Oliveira², Silvinha de Sousa Costa³, Tamires Alexandre Félix⁴, Suzana Mara Cordeiro Eloia⁵, Francisco Diogenes dos Santos⁶

RESUMO

Objetivo: analisar os contextos e fatos envolvidos nos boletins de ocorrências de mulheres vítimas de violência na Delegacia de Defesa da Mulher. **Método:** estudo documental, retrospectivo transversal, com abordagem quantitativa, realizado a partir dos boletins de ocorrência das denúncias de mulheres vítimas de violência no Município de Sobral (CE) em 2009. Os dados foram processados pelos programas Excel e SPSS-13 e apresentados em tabelas e uma figura. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. **Resultados:** observou-se que as principais vítimas de violência tinham de 31 a 40 anos de idade, ensino fundamental incompleto, cerca de dois filhos e união estável com o agressor no momento da agressão. Na maioria dos casos, a violência tinha ocorrido pelo uso de álcool por parte do agressor. A violência psicológica constituiu a maioria com 84% dos casos, seguida da física com 57,5%. **Conclusão:** a detecção de casos, seu acolhimento e resposta do serviço requerem especificidade de abordagem para que esta violência possa emergir para além da denúncia. **Descritores:** Violência; Mulher; Saúde Pública.

ABSTRACT

Objective: to assess the contexts and facts involved in police reports filed by women victims of violence at Women's Defense Police Stations. **Method:** documentary, retrospective, and cross-sectional study with quantitative approach carried out using the police reports filed by women victims of violence in Sobral, State of Ceará, Brazil, in 2009. The data were processed using Excel and SPSS-13 software programs and presented in tables and a figure. This study was approved by the Research Ethics Committee. **Results:** it was observed that the main victims of violence were 31 to 40 years old, had incomplete elementary education, around two children and were married to the perpetrators under common law marriage at the time of the perpetration. In most cases, violence had occurred due to the use of alcohol by the perpetrator. Psychological violence was the most prevalent with 84% of the cases, followed by physical with 57.5%. **Conclusion:** the detection and assistance of cases and the response of services require a specific approach so that to this violence can emerge beyond denounces. **Descriptors:** Violence; Woman; Public Health.

RESUMEN

Objetivo: analizar los contextos y los hechos involucrados en denuncias policiales de mujeres víctimas de violencia en Comisarias de Defensa de la Mujer. **Método:** estudio documental, retrospectivo y transversal con enfoque cuantitativo llevado a cabo con las denuncias policiales de mujeres víctimas de violencia en el municipio de Sobral, estado de Ceará, Brasil, en 2009. Los datos fueron procesados usando los programas Excel y SPSS-13 y presentados en tablas y una figura. Este estudio fue aprobado por el Comité de Ética en Investigación. **Resultados:** se observó que las principales víctimas de violencia tenían entre 31 y 40 años de edad, enseñanza primaria incompleta, alrededor de dos hijos y unión estable con el agresor en el momento de la agresión. En la mayoría de los casos, la violencia había ocurrido por el consumo de alcohol por parte del agresor. La violencia psicológica constituyó la mayoría con el 84% de los casos, seguida de la física con el 57,5%. **Conclusión:** la detección de los casos, su acogida y respuesta del servicio requieren especificidad del enfoque para que esta violencia pueda surgir más allá de la denuncia. **Descriptor:** Violencia; Mujer; Salud Pública.

¹Enfermeira, Prefeitura Municipal de Sobral, Sobral (CE), Brasil. E-mail: cibelletiphane@hotmail.com. ²Enfermeira, Professora Doutora, Curso de Graduação em Enfermagem, Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral (CE), Brasil. E-mail: elianyy@hotmail.com; ³Enfermeira, Especialista em Saúde da Família - Modalidade Residência, Secretaria de Saúde e Ação Social de Sobral, Sobral (CE), Brasil. E-mail: silvinhacosta10@bol.com.br; ⁴Enfermeira, Especializando em Gestão dos Serviços de Urgência e Emergência Assistencialista, Santa Casa de Misericórdia de Sobral, Sobral (CE), Brasil. E-mail: myrisinha@hotmail.com; ⁵Graduanda em Enfermagem, Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral (CE), Brasil. E-mail: suzana_mara@hotmail.com; ⁶Acadêmico, Curso de Graduação em Enfermagem, Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA), Bolsista de Iniciação Científica na modalidade Bolsa de Produtividade e Estimulo à Interiorização (FUNCAP), Sobral (CE), Brasil. E-mail: diogenejunior@gmail.com

INTRODUÇÃO

A violência no dia a dia configura-se como aspecto representativo e problemático da atual organização da vida social, especialmente nos grandes centros urbanos, manifestando-se nas diversas esferas da vida social. O fenômeno da violência e sua contrapartida, a segurança cidadã, tem-se convertido em uma das principais preocupações não só no Brasil, mas também nas Américas e no mundo todo, como o evidenciam diversas pesquisas de opinião pública.¹

A partir da década de 1950, as mulheres passaram a questionar sobre a naturalização da opressão e da discriminação de que eram vítimas. Assim, tem início uma série de reflexões, movimentos, produções literárias e ações de resistência, como a marcha da panela vazia, a participação na luta pela anistia e pela redemocratização do País, a criação de grupos feministas para discutir sobre literatura relacionada às mulheres ou sobre a sexualidade. A condição social das mulheres, como fruto da construção histórica do patriarcalismo e do capitalismo, já vinha sendo questionada desde o começo do século XX com o movimento das sufragistas.²

Na metade do século, com a discussão teórica de Simone de Beauvoir em seu livro "O segundo sexo", inicia-se uma reflexão sobre as questões específicas das mulheres.³ Na década de 1980, Joan Scott diferencia sexo de gênero redefinindo da seguinte forma: "O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder".^{4:86}

A partir dessa nova categoria de análise, foram se desenvolvendo estudos sobre as mulheres e o fenômeno da violência em suas vidas. Assim, no contexto das sociedades patriarcais, a violência doméstica, também referida como violência familiar, é considerada um tema de difícil abordagem, pois questiona os valores tradicionais de submissão feminina.

A violência contra a mulher é uma temática em evidência na mídia há algum tempo, por ser uma prática silenciosa e que vitimiza muitas mulheres causando transtorno não só psicológico, mas físico, emocional e social. Alguns autores chamam atenção ao fato de que a preocupação com o problema da violência é recente na história, o que estaria relacionado à modernidade e seus valores de liberdade e felicidade, consolidados na concepção de cidadania e dos direitos humanos.⁵

O mapa da violência no Brasil destaca em seu caderno complementar,¹ homicídios de mulheres nos estados, capitais e municípios brasileiros. As evidências são contundentes sobre o número crescente das taxas em todas as instâncias. O relatório revela que os feminicídios geralmente acontecem na esfera doméstica. Em 68,8% dos atendimentos a mulheres vítimas de violência, a agressão tinha acontecido na residência da vítima. No País, foi possível verificar que 42,5% do total de agressões contra a mulher foram praticadas por parceiros e ex-parceiros. Se tomarmos a faixa dos 20 aos 49 anos, a taxa eleva-se para 65% das agressões.

A situação do Brasil em comparação com outros países é preocupante, evidenciando a complexidade do problema em âmbito nacional. Entre os 80 países do mundo estudados a partir do sistema de estatísticas da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil, com sua taxa de 4,4 homicídios para cada 100 mil mulheres, ocupava a 7ª colocação. O estudo evidencia que os altos níveis de feminicídios frequentemente são acompanhados de elevados níveis de tolerância da violência contra as mulheres.¹

Neste contexto, muitas mulheres que sofrem violência nem se quer percebem a gravidade do problema, pois a maioria encontra-se imersa nas tramas e contextos de uma sociedade que culturalmente é patriarcal. Em geral, a percepção que as mulheres possuem sobre a violência é representada pela lógica da aceitação passiva. Isto torna necessário desmistificar a naturalidade da violência do homem contra a mulher, pois as crenças e os valores acerca desse fato podem influenciar essas vítimas a perceberem sua suscetibilidade e a severidade da questão passando a denunciar.⁶

A lei Maria da Penha promulgada em 2006 e as Delegacias de Defesa da Mulher constituem um avanço para coibir e enfrentar a violência específica contra as mulheres. No entanto, existem vários condicionantes e entraves que limitam a efetiva redução da problemática em nosso País.⁷ Ainda com esta perspectiva de proteção ao gênero, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres lançou em 2007 o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.⁸

O contexto apresentado nos fez refletir sobre a seguinte questão norteadora para este artigo: Quais são os fatos, contextos e determinantes que levam uma mulher vítima de violência familiar a realizar boletins de ocorrências em delegacias especializadas em defesa das mulheres?

OBJETIVO

- Analisar os contextos e fatos envolvidos nos boletins de ocorrências de mulheres vítimas de violência na Delegacia de Defesa da Mulher.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratório-descritiva, documental, retrospectiva, transversal, com abordagem quantitativa, realizada a partir dos boletins de ocorrência (BO) das denúncias de mulheres vítimas de violência na Delegacia Especializada de Defesa da Mulher (DEDM) de Sobral, Ceará, no ano de 2009.

Desde a sua criação em março 2003, a DEDM atende às vítimas de violência realizando os BOs. No ano de 2008, um total de 1.546 BOs foram registrados resultando em uma média mensal de 129 denúncias e média diária de cinco denúncias de mulheres vítimas de violência. No entanto, deste total, poucas denúncias tornam-se inquéritos de investigação policial.

Utilizou-se de um "Termo de Consentimento para uso de Arquivos" aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa e apresentado à delegada responsável pela DEDM e aos demais profissionais, solicitando a permissão para a realização da pesquisa.

Foram utilizados os BOs de violência contra a mulher caracterizados pelos agressores serem companheiros/ex-companheiros das vítimas, registrados no ano de 2009 na DEDM de Sobral. Cada BO foi enumerado em ordem crescente de acordo com a data e horário da denúncia e decodificado conforme o formulário utilizado para coleta das informações. Como critérios de exclusão, foram definidos os BOs contendo informações incompletas e aqueles cujo agressor não fosse o companheiro, ex-companheiro, cônjuge ou ex-cônjuge.

O instrumento de coleta foi construído com base no roteiro de acolhimento do próprio serviço. Nesse formulário, foram

contemplados dados sobre o perfil da vítima, como a idade, grau de escolaridade e prole e dados referentes ao conteúdo do BO, tais como situação conjugal, tipos de drogas utilizadas pelos companheiros, tipos de violências vivenciadas e as agressões sofridas subdivididas nas categorias: física; moral; patrimonial; psicológica; e sexual.

Por meio do Programa Excel (Microsoft®), organizaram-se os dados em categorias nas quais foram subdivididos os achados dos BOs de forma estatística. Posteriormente, utilizou-se o Programa SPSS versão 13 para a análise sistemática dos dados obtidos e os resultados foram apresentados em forma de tabelas.

Ressalta-se que foi efetuado um cálculo amostral necessário para a realização da pesquisa, no qual foi gerado o resultado de 204 BOs. Entretanto, decidiu-se fazer uma busca dobrada do número de amostra sugerido, contemplando, assim, uma amostra final de 497 BOs sobre violência doméstica perpetrada pelos companheiros.

Este estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Foram contemplados os aspectos éticos e legais da Resolução 196/96, entre os quais se encontra o princípio da justiça, o qual indica não realizar nenhum julgamento de valor ou inferência sobre as mulheres ou os dados contidos nos BOs, com a finalidade de prevenir discriminação. Como resultado, os dados foram apresentados de forma estatística aos funcionários da DEDM de Sobral, Ceará.

RESULTADOS

Do total de 497 BOs de mulheres vítimas de violência, quanto à faixa etária observou-se maior predominância da violência nas mulheres entre 31 a 40 anos, representando 34,2% (n=170) dos casos. Quanto ao nível de escolaridade e quantidade de filhos que possuíam os sujeitos da pesquisa, observou-se que a maioria não havia concluído o ensino fundamental (29%; n=144) e a existência de um a dois filhos, representando 48,4% (n=241) dos casos.

Tabela 1. Distribuição das características sociodemográficas das mulheres vítimas de violência familiar que realizaram os boletins de ocorrência na DEDM de Sobral, Ceará, 2009.

Variáveis	n	%
Faixa Etária		
< 20 anos	44	9%
21 a 30 anos	168	33,8%
31 a 40 anos	170	34,2%
41 a 50 anos	81	16%
> 51 anos	31	6%
Não Informado	3	1 %
Total	497	100%
Escolaridade		
Não alfabetizada	34	7%
Alfabeto funcional	118	24%
Ensino Fund. incompleto	144	29%
Ensino Fund. completo	79	16%
Ensino Médio incompleto	35	7%
Ensino Médio completo	64	13%
Ensino Superior incompleto	7	1,2%
Ensino Superior completo	12	2%
Não Informado	4	0,8%
TOTAL	497	100%
PROLE		
Sem filhos	124	25%
1 - 2 filhos	241	48,4%
3 - 4 filhos	88	17,6%
≥ 5 filhos	44	9%
Total	497	100%

Considerou-se o tipo de relacionamento que as vítimas de violência tinham com os agressores no momento em que realizaram os BOs. Encontrou-se maior prevalência de união

estável (42,3%), representando 210 casos e o de menor incidência foi o estado de divorciado (0,2%).

Tabela 2. Tipos de relacionamentos com os agressores segundo as vítimas de violência familiar no momento da realização dos boletins de ocorrência na DEDM de Sobral, Ceará, 2009.

Situação marital	n	%
Casadas	121	24,4%
Divorciadas	1	0,2%
União estável	210	42,3%
Solteiras	24	4,8%
Separadas	115	23,1%
Não Informado	26	5,2%
TOTAL	497	100%

Com relação ao consumo de drogas pelos agressores segundo as vítimas de violência, o álcool, considerado o grande causador da violência doméstica, foi encontrado em 197 casos (39,6%) quando em uso exclusivo e 16 casos (3,6%) quando associado a outras drogas. Entretanto, a ausência de informação sobre uso de drogas pelos companheiros é um

fato que se deve levar em consideração, já que representou uma estimativa superior à metade dos dados colhidos (253 casos; 51%) e o conteúdo dos BOs não revelava se era pelo não uso de drogas por parte dos agressores ou por não constar essa informação no momento em que as mulheres revelaram as violências sofridas.

Tabela 3. Distribuição das drogas mais consumidas pelos agressores segundo as vítimas de violência familiar que realizaram o boletim de ocorrência na DEDM de Sobral, Ceará, 2009.

Drogas consumidas	N	%
Álcool	197	39,6%
Maconha	11	2,2%
Crack	15	3%
Cocaína	5	1%
Álcool e outras drogas	16	3,2%
Não Utilizado ou Não Informado	253	51%
Total	497	100%

Foi abordado também neste estudo o tipo de violência existente, sendo apresentados os dados da seguinte forma: 419 (84%) relataram ter sofrido violência psicológica; 289 (57,5%) violência física; 194 (39%) violência moral; 104 (21%) violência patrimonial; e 19 (4%) violência sexual.

Tabela 4. Tipologia da violência existente em relação à quantidade de relatos em boletins de ocorrência da DEDM de Sobral, Ceará, 2009.

Tipo de violência	n	%
Física	286	57,5%
Moral	194	39%
Patrimonial	104	21%
Psicológica	419	84%
Sexual	19	4%

Algumas especificidades no contexto da violência sofrida pelos sujeitos da pesquisa mostram grande prevalência na associação das violências, sendo a psicológica e a física as que mais se evidenciam. Nesse sentido, observou-se com maior ocorrência a existência: ameaça, com 52,2% correspondendo à violência psicológica; maus

tratos, com 42,7% correspondendo à violência física; injúria, com 23% representando a violência moral; dano aos bens comuns, com 16,7% da violência patrimonial; e tentativa de estupro, correspondendo a 3,8% das agressões, sendo a violência sexual a que menos se evidencia.

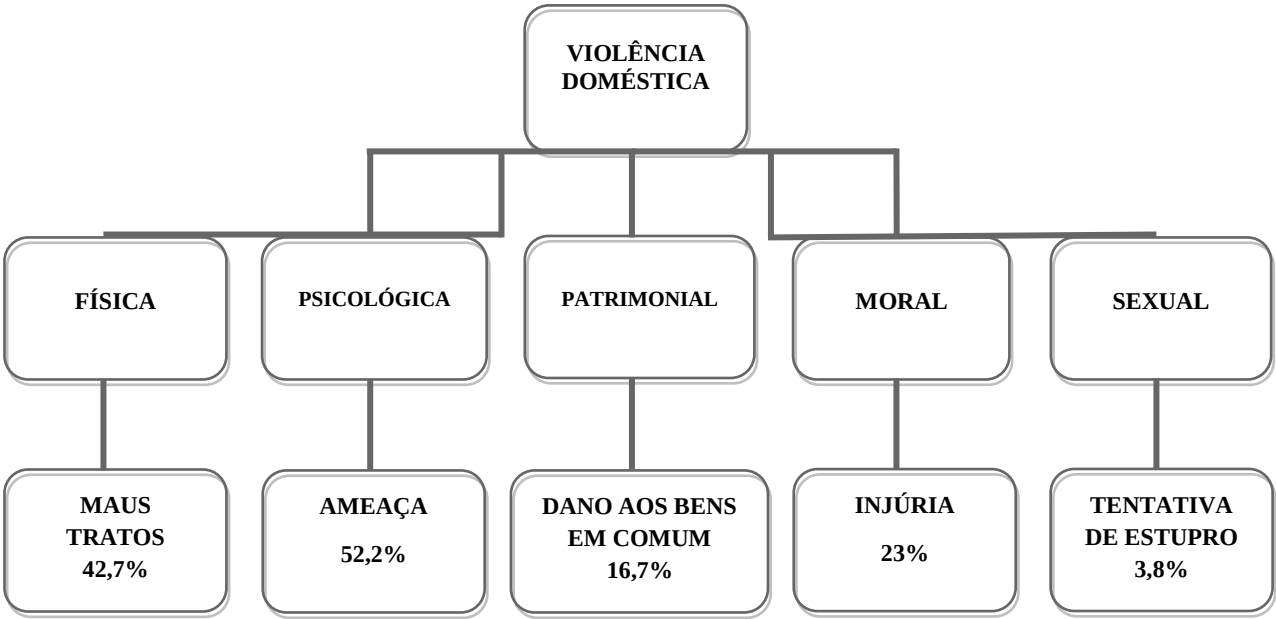


Figura 1. Especificidades da violência identificada em boletins de ocorrência da DEDM de Sobral, Ceará, 2009.

DISCUSSÃO

Dentre os 497 BOs que registraram a violência vivida pelas mulheres na DEDM de Sobral, houve maior predominância de sujeitos com idade entre 31 a 40 anos, em união estável e que não haviam concluído o ensino fundamental. A maioria tinha de um a dois filhos, corroborando no contexto atual das famílias brasileiras, nas quais o número de filhos está diminuindo, resultando em alterações de percentuais das taxas de natalidade no Brasil.

O convívio em união estável com o agressor é um dado encontrado em estudo anterior,⁹ traduzindo-o como a forma mais endêmica de violência contra a mulher. Desse modo, podem-se alegar alguns motivos que levam à agressão conjugal, a saber: quando o casamento está em crise (motivos banais do

cotidiano que ganham destaque e viram tema de discussões); quando os conflitos tornam-se rotina (a discussão verbal, acompanhada ou não de agressão física, é uma prática diária do casal); quando a mulher se envolve em “negócios de homem” (a mulher cobra satisfações sobre a conduta masculina, como olhar para outra mulher, ter amantes, dormir fora de casa); e quando o agressor não aceita a separação ou está alcoolizado (o marido alcoolista usualmente ofende e agride fisicamente a mulher).¹⁰ Estes núcleos de sentido básicos não são capazes de exaurir toda a complexidade da temática, são apenas alguns indicativos observados no cotidiano real.

A baixa escolaridade exprime o acesso reduzido a conhecimento de leis e direitos bem como os mecanismos de defesa que estas mulheres podem ativar, enquanto vítimas de

violência familiar, para denunciar os agressores. A falta de apoio social e familiar ganha destaque no relato destas mulheres.

As vítimas também declararam que os agressores faziam uso de algum tipo de droga, com destaque para o álcool. Esses achados assemelham-se com os de pesquisas anteriores que mostram indivíduos com problemas relacionados ao álcool, apresentando maior probabilidade de registrarem violência por parceiros íntimos.¹¹ A explicação está relacionada a um conjunto de mudanças comportamentais, cognitivas e fisiológicas desenvolvidas pelo consumo da droga e que afetam não somente os cônjuges, mas também as crianças e os idosos, influenciando o bem estar físico e psicológico de toda uma família. Assim, as campanhas de denúncia e apoio à mulher vítima de violência devem considerar esses determinantes para oferecer apoio e desenvolver estratégias de combate.

Em relação às violências sofridas pelas denunciante, foi possível descobrir, dentre elas, a violência psicológica como maior incidência dos casos, seguida da violência física, moral, patrimonial e sexual, respectivamente. As taxas de violência por parceiros íntimos encontradas em Sobral não são muito diferentes das taxas encontradas em estudos anteriores realizados em São Paulo. Em ambos, a violência psicológica se expressa de forma mais abrangente, principalmente quando associada a outras formas de violência, gerando sérias consequências e suscetibilidade a doenças, configurando-se em todo o mundo como um dos mais graves problemas sociais e de saúde pública.¹²

É notável o fato de que é impossível desvincular os demais tipos de violência da violência psicológica. Portanto, vale considerar os reflexos psicossomáticos nestas mulheres vítimas de violência em âmbito doméstico e o apoio prestado a estas em serviços de saúde e segurança.

Entretanto, um fator preocupante é o baixo índice de violência sexual encontrado no presente estudo, pois nos faz pressupor que houve uma omissão no relato dos casos, seja por vergonha, por medo, ou por ter esquecido de abordar o assunto durante a abertura dos BOs. Assim, vale apresentar a discussão de alguns autores¹³ que relatam a dificuldade em estimar a magnitude da violência sexual, pois as vítimas tendem a silenciar sobre o assunto, seja por medo de represália, quando o autor é familiar ou conhecido, por vergonha e até por sentimentos de humilhação e culpa, já que persiste no imaginário social a ideia de que a mulher é culpada pela violência sofrida.

Neste cenário cognitivo da vida das mulheres, a interpretação social das relações estabelecidas com seus companheiros é mediada pela hierarquia de superioridade, subordinação e poder outorgados aos homens por questões históricas, sociais e culturais para perceber, como uma regra socialmente aprovada, o homem como superior nas relações com as mulheres.¹⁴ Neste caso, a revelação da violência sofrida pela mulher, materializada pelo BO, se torna peça fundamental no combate para a redução desse crime, como também fatores que envolvam políticas públicas nacionais e locais, maior visibilidade do fenômeno nas mídias radicais, televisivas e escritas, bem como o agendamento da temática na pauta política das organizações governamentais e não governamentais.¹⁵

A própria Lei Maria da Penha não apenas trouxe mudanças paradigmáticas para a legislação brasileira como também tem representado uma ferramenta útil para o trabalho de abordagem da temática das formas de violência por parceiro íntimo junto às lideranças formais e informais das comunidades.¹⁵

CONCLUSÃO

A violência contra as mulheres é um sério problema que merece destaque na sociedade e uma atenção especial dos órgãos governamentais, através do fortalecimento e criação de políticas públicas que contemplem sua prevenção e combate. É indispensável que tal fenômeno seja visualizado como uma questão de direitos humanos, visto que, além de ferir a dignidade humana, prejudica o desenvolvimento da cidadania da mulher.

Estudos têm contribuído para a visualização desse fenômeno. No estudo em questão, percebemos que as principais vítimas de violência tinham de 31 a 40 anos, sem ensino fundamental completo e com um ou dois filhos. Essas apresentavam união estável com os agressores no momento da agressão, que na grande maioria se deu pelo uso de álcool por parte dos agressores. É importante salientar que a pesquisa abordou também a tipologia da agressão, em que a violência psicológica constituiu a maioria, seguida da física.

O impacto dessa problemática atinge desde a visão da mulher sobre si mesma, refletida nos sentimentos de insegurança e impotência, até suas relações com o meio social, fragilizadas em decorrência da situação de isolamento e expressas pela falta de revelação da agressão ou até mesmo de apoio de pessoas próximas. Tristeza, ansiedade e medo são

consequências psicológicas deste tipo de violência.

Para a violência contra as mulheres emergir, é necessário especificidade na abordagem e cuidados próprios por parte do serviço, como acolhimento e distinção do fato, além da preservação da identidade das vítimas. É necessário ainda que estas denunciem as agressões, para que haja a possibilidade de detecção precoce. A criação de canais de comunicação em que o relato pode ser pronunciado pelas mulheres, o desenvolvimento de políticas que previnam as agressões e o fortalecimento da Lei Maria da Penha, são importantes para a dissolução desse problema.

REFERÊNCIAS

1. Waiselfisz JJ. Mapa da Violência 2012 - Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari; 2012.
2. Pinto CRJ. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2003.
3. Beauvoir S. O segundo sexo. 2nd ed. São Paulo: Difusão Européia de Livros; 1967.
4. Scott JW. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: Educação & Realidade; 1990.
5. D'Oliveira AFPL, Schraiber LB. Identificando possibilidades e limites do trabalho em rede para a redução da violência contra a mulher: estudo entre três capitais brasileiras. Relatório de pesquisa. São Paulo: Departamento de Medicina Preventiva. Faculdade de Medicina-USP; 2006.
6. Parente EO, Nascimento RO, Vieira LJES. Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia. Estud fem. 2009; 17(2): 445-65.
7. Brasil. Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei [Nº 11.340 de 7 de agosto de 2006](#). Dispõe mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [Internet]. Brasília, 2006 [cited 2013 Jan 2]. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
8. Brasil. Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Pacto Nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher. Brasília, 2007 [cited 2013 Jan 2]. Available from: http://www.campanhapontofinal.com.br/download/informativo_02.pdf
9. Monteiro CFS, Souza IEO. Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. Texto & contexto enferm. [Internet] 2007 [cited 2013 Jan 2];16(1):26-31. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v16n1/a03v16n1.pdf>
10. Suely F, Deslandes SF, Gomes R, Silva CMFP. Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. Cad saude publica. [Internet] 2000 [cited 2013 Jan 2];16(1):129-37. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v16n1/1571.pdf>
11. Zaleski M, Pinsky I, Laranjeira R, Ramisetty-Mikler S, Caetano R. Violência entre parceiros íntimos e consumo de álcool. Rev saude publica. [Internet] 2010 [cited 2013 Jan 2];44(1): 53-9. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v44n1/06.pdf>
12. Schraiber LB, D'Oliveira AFPL, França Jr I, Diniz S, Portella AP, Ludermit AB, et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. Rev saude publica [Internet] 2007 [cited 2013 Jan 2];41(5):797-807. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41n5/5854.pdf>
13. Cavalcanti LF, Gomes R, Minayo MCS. Representações sociais de profissionais de saúde sobre violência sexual contra a mulher: estudo em três maternidades públicas municipais do Rio de Janeiro, Brasil. Cad saude publica. [Internet] 2006 [cited 2013 Jan 2]; 22(1):31-9. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n1/04.pdf>
14. Vieira LB, Padoin SMM, Oliveira IES, Paula CC. Intencionalidades de mulheres que decidem denunciar situações de violência. Acta paul enferm. [Internet] 2012 [cited 2013 Jan 2]; 25(3): 423-9. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v25n3/v25n3a16.pdf>
15. Moura LBA, Gandolfi L, Vasconcelos AMN, Pratesi R. Violências contra mulheres por parceiro íntimo em área urbana economicamente vulnerável, Brasília, DF. Rev saude publica. [Internet] 2009 [cited 2013 Jan 2];43(6): 944-53. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43n6/0509.pdf>
16. Cordeiro LAM, Cordeiro SM, Lima CC de, Franco TLB, Gradim CVC. Violência contra a mulher: revisão integrativa. Rev enferm UFPE on line. [Internet] 2013 [citado em 15 mar 2013]; 7(esp):862-9. Available from: <http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermage/index.php/revista/article/download/3082/5737>
17. Reid S, Berman H, Forchuk C. Living on the streets in Canada: a feminist narrative study of girls and young women. Issues compr peditr nurs [Internet]. 2005 [cited 2013 Mar

10]; 28(4):237-56. Available from: www.crvawc.ca/documents/Living%20on%20the%20Streets.pdf

18. 12. Hunt G, Joe-Laidler K. Situations of violence in the lives of girl gang members. Health care women int [Internet]. 2001 [cited 2013 Mar 10];22(4):363-84. Available from: <http://web.ebscohost.com/ehost/detail?sid=a56fe373-27f9-4376-8a8a-58b3fcfb786b%40sessionmgr113&vid=1&hid=106&bdata=Jmxhbmc9cHQYnlmc2l0ZT1laG9zdC1saXZl#db=c8h&AN=2001097087>.

19. 20. Kennedy MS, Roush K. Women: an endangered species? Am j nurs [Internet]. 2009 [cited 2013 Mar 10];109(6):24-25. Available from: http://journals.lww.com/ajnonline/Abstract/2009/06000/Women__An_Endangered_Species_.22.aspx.

Submissão: 10/07/2013

Aceito: 06/12/2014

Publicado: 15/01/2015

Correspondência

Mayara Lima Barbosa
Tamires Alexandre Félix
Rua Maria Eneíta Siqueira Portela, 750
Bairro Sinhá Saboia
CEP 62051-350 – Sobral (CE), Brasil